

PUBLICAÇÃO DIGITAL - PÁGINA 8



Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

CNPJ/MF nº 10.841.050/0001-55 - NIRE 35.300.368.657

Relatório da Administração 2021

Senhores Acionistas: A Administração da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. ("Ecopistas" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referidas no preâmbulo do Relatório de 2021, de 2020 e do período compreendido pelo Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. **Mensagem da Administração:** Sempre atenta às necessidades operacionais e à segurança viária, a Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, concessionária que administra o conjunto de pistas de rolamento do corredor rodoviário Ayrton Senna e Carvalho Pinto, atua com foco na qualidade e na eficiência dos serviços prestados, fruto de um planejamento estratégico preciso e rigoroso, desenvolvido pelo grupo fluxos de caixa. O trabalho mais recente de melhoria de processos, com o intuito de alcançar resultados expressivos com a implementação de uma série de melhorias no corredor rodoviário. Dentre elas, destacamos a construção da sexta faixa de rolamento da rodovia Ayrton Senna, no sentido do interior, entre o km 11 e o km 19, concluída em 2015. A nova configuração proporcionou o aumento da capacidade de tráfego e garantiu maior fluidez e conforto aos motoristas que têm como destino, principalmente, o Aeroporto Internacional de Guarulhos. Destacamos também, com objetivo de proporcionar maior mobilidade e acesso ao litoral norte paulista, à região do vale do Paraíba e ao estado do Rio de Janeiro, a implantação do prolongamento da rodovia Carvalho Pinto, que permitiu acesso direto para a rodovia Osvaldo Cruz (SP-125). Ainda, com referência no set de rodovias, o corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto foi eleito em 2019 o 3º melhor do país, de acordo com a pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) sobre a melhor infraestrutura que os usuários possuem, com destaque para o empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além delas, a Ecopistas agradece a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros. **Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas nas Demonstrações Financeiras. **Resultados Operacionais:** O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 82.079 mil em 2021, aumento de 11,8% em relação a 2020. O tráfego de veículos leves apresentou aumento de 12,0% devido à flexibilização das medidas de isolamento social adotadas por Estados e Municípios no combate ao Covid-19. O tráfego de veículos pesados apresentou aumento de 11,5% influenciado pela retomada da produção industrial. Em junho de 2020, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo a postergação, em 4 meses, da atualização contratual anual das tarifas de pedágio para as rodovias estaduais paulistas que estava prevista para ser aplicada em 01 de julho, incluindo a Ecopistas. Em 30 de outubro, foi publicado no Diário Oficial do

Estado de São Paulo a aprovação do reajuste das tarifas de pedágio com aumento de 1,9% referente a variação do IPC-A, que passou a vigorar a partir de 01 de dezembro de 2020. Em julho de 2021, foi aplicado o reajuste das tarifas de pedágio da Ecopistas com aumento de 8,1% em função da variação do IPC-A. **Resultados Econômicos e Financeiros - Receita Bruta:** A receita bruta totalizou R\$539,5 milhões em 2021, aumento de 22,3% em relação ao ano anterior, devido, principalmente ao crescimento do tráfego de veículos, reajuste tarifário e aumento nas receitas de construção. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$29,3 milhões, 17,4% superior a 2020. **Receita de Pedágio:** R\$325,8 milhões em 2021, aumento de 17,6%, devido ao crescimento do volume de tráfego de veículos em função da flexibilização das medidas de isolamento social. **Receita Acessória:** R\$12,1 milhões em 2021, aumento de 9,2%, em função dos contratos de receita com fibra ótica. **Receita de Construção:** R\$55,7 milhões em 2021, aumento de 65,0%, devido às obras contratuais realizadas no período. Para mais informações sobre a receita bruta, vide Nota Explicativa nº 22 da Demonstração Financeira da Companhia. **Receita Líquida:** A receita líquida atingiu R\$364,2 milhões em 2021. Excluindo a receita de construção, a receita líquida ajustada totalizou R\$308,6 milhões, aumento de 17,3% em relação a 2020. **Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$215,7 milhões em 2021, aumento de 21,1% em relação a 2020. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$105,6 milhões, aumento de 17,1%. As principais variações foram: **Pessoal:** R\$28,3 milhões em 2021, aumento de R\$3,7 milhões (+13,3%), devido principalmente ao reajuste salarial anual, aumento nos custos com transportes devido ao retorno das atividades presenciais. Adicionalmente, o crescimento do acréscimo em 2021 de R\$4,7 milhões em 14/02/2020 em que houve redução salarial e jornada de trabalho nos meses de maio e junho de 2020. **Conservação e Manutenção:** R\$8,6 milhões em 2021, aumento de R\$1,5 milhões, em função principalmente dos custos com serviços de limpeza manual e materiais de conservação. **Serviços de terceiros:** R\$50,0 milhões em 2021, aumento de R\$ 5,5 milhões (+12,3%), incremento devido, principalmente, aos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela ECS. **Seguros e Poder Concedente e Locações:** R\$6,8 milhões em 2021, aumento de 11,3%, em função do aumento da parcela variável ao Poder Concedente devido ao maior volume de tráfego de veículos. **Otros:** R\$12,0 milhões em 2021, aumento de R\$3,9 milhões (+49,2%), impactado pelo registro de provisões para pagamento de multas ao órgão regulador. **Depreciação e Amortização:** R\$47,9 milhões em 2021, aumento de 43,8%, devido à atualização da curva de depreciação dos ativos intangíveis. **Provisão para manutenção:** R\$6,5 milhões em 2021, redução de 68,7%, devido a adequação do cronograma de obras. **Custo de construção de obras:** R\$55,7 milhões em 2021, aumento de 65,0%, em função do cronograma de obras do período. Para mais informações sobre os custos operacionais e despesas administrativas, vide Nota Explicativa nº 23 da Demonstração Financeira da Companhia.

EBITDA e Margem EBITDA: Em 2021, o EBITDA totalizou R\$196,4 milhões. O EBITDA ajustado, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$203,0 milhões, aumento 17,4% em relação a 2020 e margem EBITDA ajustada de 65,8%. **Resultado Financeiro:** O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$68,5 milhões, aumento de 6,5% em relação ao ano anterior, impactado principalmente pela variação monetária sobre as debêntures atualizada pelo IPC-A. Para mais informações sobre o resultado financeiro, vide Nota Explicativa nº 24 da Demonstração Financeira. **Lucro Líquido do Exercício:** Em 2021, a Ecopistas apresentou lucro líquido de R\$55,2 milhões, aumento de 44,0% em relação ao resultado de 2020. **Disponibilidade Financeira e Endividamento:** A Ecopistas encerrou o exercício de 2021 com saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo no valor de R\$117,5 milhões e dívida bruta, composta de empréstimos e financiamentos e debêntures, no valor de R\$524,0 milhões, sendo 77,0% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com Poder Concedente era de R\$0,5 milhão e de Arrendamentos de R\$2,4 milhões. A dívida líquida encerrou o exercício em R\$406,6 milhões com o indicador de Dívida Líquida/EBITDA ajustado em 2,0x. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº 13, 14 e 15 da Demonstração Financeira da Companhia. **Capex:** O capex realizado pela Companhia totalizou R\$126,7 milhões em 2021 referente, principalmente, às obras de manutenção e conservação de pavimento. **Governança Corporativa:** As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Sociambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri. **Relacionamento com os Auditores Independentes:** Em atendimento à Instrução CVM 381/2003, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2021: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2021 totalizaram R\$125,8 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente. **Declaração Da Diretoria:** A Diretoria da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A., declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e o opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2021.

Itaquaquecetuba, 14 de março de 2022.

A Administração

Balanco Patrimonial levantado em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R\$)			
Ativo	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	65.488	26.233
Aplicações financeiras.....	6	4.130	954
Ativos financeiros - conta reserva.....	8	21.686	16.904
Clientes.....			522
Tributos a recuperar.....		710	655
Despesas antecipadas.....			47
Partes relacionadas.....	16	7.996	4.514
Outros créditos.....		147.863	90.728
Total do ativo circulante.....			
Não Circulante			
Tributos diferidos.....	12.a)	-	2.489
Depósitos judiciais.....	9	26.061	26.668
Intangível.....	10	147.283	9.308
Intangível.....	11	1.468.627	1.438.030
Total do ativo não circulante.....		1.509.951	1.476.495
Total do Ativo.....		1.657.814	1.567.223

Passivo e Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R\$)			
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores e financiamentos.....		8.349	6.013
Empréstimos e financiamentos.....	13	13.063	23.792
Arrendamentos a pagar.....	15	2.358	688
Impostos, taxas e contribuições a recolher.....		5.182	4.224
Obrigações sociais e trabalhistas.....		3.886	3.490
Partes relacionadas.....	16	4.961	27.472
Outras contas a pagar.....	19	507	442
Provisão para imposto de renda e contribuição social.....	12.c)	861	181
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar.....	21	12.224	8.136
Provisão para manutenção.....	17	22.326	36.569
Provisão para construção de obras.....	18	4.242	337
Outras contas a pagar.....		705	800
Total do passivo circulante.....		185.246	256.942
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos.....	13	19.490	30.506
Debêntures.....	14	384.900	456.410
Arrendamentos a pagar.....	15	2.358	688
Partes relacionadas.....	16	163.597	156.172
Tributos diferidos.....	12.a)	4.653	2.489
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas.....	20	22.218	5.339
Provisão para manutenção.....	17	25.409	35.519
Provisão para construção de obras.....	18	5.037	4.514
Outras contas a pagar.....		625.316	692.698
Total do passivo não circulante.....			
Patrimônio Líquido			
Capital social.....	21.a)	687.665	500.165
Reserva de lucros - legal.....	21.b)	15.338	12.579
Reserva de lucros - orçamentário - capital.....	21.c)	143.763	104.453
Total do patrimônio líquido.....		847.252	617.683
Total do Passivo e Patrimônio Líquido.....		1.657.814	1.567.223

Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico/diluído por ação)			
	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Receita Líquida	22	364.229	296.763
Custos dos serviços prestados.....	23	(192.789)	(157.449)
Lucro Bruto		171.440	139.315
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas.....	23	(22.884)	(20.643)
Outras receitas (despesas), líquidas.....		19	17
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro		148.575	118.689
Receitas financeiras.....	24	3.407	2.780
Despesas financeiras.....	24	(71.913)	(67.107)
Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		80.069	54.362
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes.....	12.b)	(17.755)	(15.584)
Diferidos.....	12.a)	(7.142)	(458)
Lucro Líquido do Exercício		55.172	38.320
Lucro por Ação (Em R\$) - Básico e Diluído	25.a)	0,02438	0,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R\$)			
	31/12/2021	31/12/2020	
Lucro Líquido do Exercício	55.172	38.320	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	55.172	38.320	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R\$)			
	31/12/2021	31/12/2020	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do período.....	55.172	38.320	-
Ajustes para reconciliar o lucro líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações.....	47.873	33.297	-
Perda/Baixa do ativo imobilizado e intangível.....	5.966	140	-
Capitalização de Juros.....	(1.961)	(696)	-
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos.....	54.821	52.971	-
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas.....	19.494	1.066	-
Atualização monetária de provisão para perdas cíveis e trabalhistas.....	1.310	599	-
Atualização de provisão para manutenção e construção de obras.....	6.527	20.84	-
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD.....	67	(96)	-
Obrigações com Poder Concedente.....	5.068	4.320	-
Atualização monetária dos depósitos judiciais.....	(24)	(26)	-
Tributos diferidos.....	7.142	458	-
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social.....	17.755	15.584	-
Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva.....	(2.035)	(1.041)	-
Juros passivos - mútuos.....	8.735	6.034	-
Variação nos ativos operacionais:			
Clientes.....	(4.849)	209	-
Partes relacionadas - clientes.....	47	45	-
Tributos a recuperar.....	522	(67)	-
Despesas antecipadas.....	(55)	194	-
Depósitos judiciais.....	631	(4)	-
Outros créditos.....	(7.641)	519	-
Variação nos passivos operacionais:			
Fornecedores.....	2.336	900	-
Obrigações sociais e trabalhistas.....	396	766	-
Partes relacionadas - fornecedores.....	(22.511)	24.929	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher.....	958	817	-
Pagamento de provisão para perdas cíveis e trabalhistas.....	(3.925)	(1.527)	-
Pagamento de provisão para manutenção e construção de obras.....	(39.686)	(35.885)	-
Pagamento de Obrigações com Poder Concedente.....	(5.003)	(4.338)	-
Outras contas a pagar.....	228	905	-
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(16.894)	(23.578)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	139.001	143.367	-

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
	31/12/2021	31/12/2020	
Lucro Líquido do período.....	55.172	38.320	-
Ajustes para reconciliar o lucro líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações.....	47.873	33.297	-
Perda/Baixa do ativo imobilizado e intangível.....	5.966	140	-
Capitalização de Juros.....	(1.961)	(696)	-
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos.....	54.821	52.971	-
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas.....	19.494	1.066	-
Atualização monetária de provisão para perdas cíveis e trabalhistas.....	1.310	599	-
Atualização de provisão para manutenção e construção de obras.....	6.527	20.84	-
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD.....	67	(96)	-
Obrigações com Poder Concedente.....	5.068	4.320	-
Atualização monetária dos depósitos judiciais.....	(24)	(26)	-
Tributos diferidos.....	7.142	458	-
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social.....	17.755	15.584	-
Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva.....	(2.035)	(1.041)	-
Juros passivos - mútuos.....	8.735	6.034	-
Variação nos ativos operacionais:			
Clientes.....	(4.849)	209	-
Partes relacionadas - clientes.....	47	45	-
Tributos a recuperar.....	522	(67)	-
Despesas antecipadas.....	(55)	194	-
Depósitos judiciais.....	631	(4)	-
Outros créditos.....	(7.641)	519	-
Variação nos passivos operacionais:			
Fornecedores.....	2.336	900	-
Obrigações sociais e trabalhistas.....	396	766	-
Partes relacionadas - fornecedores.....	(22.511)	24.929	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher.....	958	817	-
Pagamento de provisão para perdas cíveis e trabalhistas.....	(3.925)	(1.527)	-
Pagamento de provisão para manutenção e construção de obras.....	(39.686)	(35.885)	-
Pagamento de Obrigações com Poder Concedente.....	(5.003)	(4.338)	-
Outras contas a pagar.....	228	905	-
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(16.894)	(23.578)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	139.001	143.367	-

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
	31/12/2021	31/12/2020	
Aquisição de imobilizado.....	(9.133)	(1.870)	-
Aquisição de intangível.....	(75.896)	(34.301)	-
Atualização de provisão para manutenção e construção de obras.....	(3.176)	7.403	-
Aplicações financeiras - conta reserva.....	(2.760)	(3.059)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(90.965)	(31.827)	-

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
	31/12/2021	31/12/2020	
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio pagos.....	(9.015)	(9.350)	-
Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos.....	(102.927)	(103.602)	-
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos.....	(84.984)	(64.881)	-
Partes relacionadas - mútuo.....	(1.310)	(905)	-
Aporte de capital.....	187.500	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(10.781)	(178.738)	-

Aumento (Redução) Líquido(a) do Saldo de Caixa			
	31/12/2021	31/12/2020	
Equivalentes de Caixa.....	37.255	(67.198)	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	28.233	95.431	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período.....	65.488	28.233	-

Aumento (Redução) Líquido(a) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa			
	31/12/2021	31/12/2020	
Equivalentes de Caixa.....	37.255	(67.198)	-

PUBLICAÇÃO DIGITAL - PÁGINA 10

* Continuação

controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., adquiriu a totalidade das debêntures e a liquidação das ações acontecerá de acordo com a necessidade de caixa da Companhia. A taxa de remuneração das debêntures será: 1ª série: 105,0% do CDI; 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries: 105,5% do CDI. Os pagamentos de principal e juros serão realizados integralmente na data de seus vencimentos, sendo: 1ª série 14 de julho de 2025; 2ª série: 14 de outubro de 2025; 3ª série: 14 de janeiro de 2026; 4ª série 14 de abril de 2026; e 5ª série 14 de julho de 2026. As liquidações financeiras ocorreram da seguinte forma: Em 14 de julho de 2017, foram liquidados R\$100.000 referentes a primeira série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros. Em 14 de dezembro de 2017, foram liquidados R\$70.000 referentes a segunda série, R\$40.000 referentes a terceira série e R\$40.000 referentes a quarta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros. Em 18 de dezembro de 2019, houve a captação de R\$50.000 referentes a quinta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros. A emissão não conta com garantia de qualquer natureza. O contrato da 1ª emissão requer a manutenção de certos índices financeiros ("covenants"). Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Companhia está adimplente com referidos índices:

Emissão	Descrição da cláusula	Requerido	Atingido
1ª emissão	Patrimônio líquido/Passivo total	>20%	51,54%
	ICSD - Índice de cobertura sobre a dívida	≥1,20x	1,40
	Dívida líquida Total/Ebitda ajustado	≤5,5x	2,81
	Dívida Líquida / Ebitda ajustado	<4,0x	2,01

A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas dos (re)feridos (s) contrato(s). Os covenants não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplimento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transmutação de tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida. A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Valor Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
1ª série - 1ª emissão	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25% a.a.	14,91%
2ª série - 1ª emissão	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25% a.a.	14,92%
3ª série - 1ª emissão	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25% a.a.	14,87%
4ª série - 1ª emissão	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25% a.a.	14,83%
1ª série - 2ª emissão	14/07/2017	100.000	(171)	99.829	105,00% CDI	7,26%
2ª série - 2ª emissão	14/12/2017	70.000	(120)	69.880	105,5% CDI	7,31%
3ª série - 2ª emissão	14/12/2017	40.000	(69)	39.931	105,5% CDI	7,38%
4ª série - 2ª emissão	14/12/2017	40.000	(69)	39.931	105,5% CDI	7,44%
5ª série - 2ª emissão	18/12/2019	50.000	-	50.000	105,5% CDI	7,79%
		670.000	(13.449)	656.551		

15. Arrendamentos A Pagar: As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações brutas de arrendamentos - pagamentos mínimos de arrendamento:	2.370	864
Circulante	2.358	686
Não circulante	12	178

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	864	334
Adições	3.289	2.178
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 24)	(1.783)	(1.648)
Pagamento de juros	(70)	(103)
Saldo no fim do exercício	2.370	864

16. Partes Relacionadas: A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo Ecorodovias tendo como controladora indireta a Ecorodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar previamente e em tempo hábil, a eliminação de uma determinada informação realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (arm's length basis). Em 31 de dezembro de 2021, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado
		Circu- lante	Não cir- culante	Circu- lante	Não cir- culante	
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	3.859	3.111	-	23.796
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	-	163.597	8.735
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	1.446	12	-	-
CBB Ind. E Com. Asfalto e Engenharia Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	22.634	-	-	-
Consórcio SP-070 (d)	Outras partes relacionadas	-	23.639	1.834	-	-
Sinelec SPA (e)	Outras partes relacionadas	-	665	-	-	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (f)	Outras partes relacionadas	-	-	1	-	-
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (f)	Outras partes relacionadas	-	3	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2021		-	52.243	4.961	163.597	23.796
Total em 31 de dezembro de 2020		-	47	30.788	27.472	156.172

(a) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor atual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$33.757. O saldo em aberto de R\$13.111 em 31 de dezembro de 2021 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. Em 8 de outubro de 2010, foi firmado um contrato de mútuo entre a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e a Companhia. O mútuo será atualizado por 100% do CDI, 1,20% a.a. e seu vencimento final é 31 de março de 2025. Em 31 de dezembro de 2021, há um saldo em aberto de R\$163.597 (R\$156.172 em 31 de dezembro de 2020). (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda e a TB Transportadora de Betumes Ltda, prestam serviço de fornecimento e transporte de material asfáltico. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes é de R\$54.542. O prazo para execução desses trabalhos foi em 30 de março de 2024. O saldo em aberto de R\$12 em 31 de dezembro de 2021 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. (d) O Consórcio SP-070, formado pelas partes relacionadas Crasa Infraestrutura S.A. e Itinera Construções Ltda., presta serviços de recuperação do pavimento ao longo do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto, sob concessão da Companhia. O preço global firmado é de R\$57.354 e o prazo final para execução destes serviços é 30 de novembro de 2021. O saldo em aberto de R\$1.834 em 31 de dezembro de 2021 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. (e) A SINELEC SPA, presta serviço no desenvolvimento e implementação de prova de conceito para o sistema *Multilane FreeFlow Tolling* ao longo da SP-070. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes é de R\$4.079. O prazo para execução desses trabalhos será em 31 de maio de 2022. Em 31 de dezembro de 2021, não há saldo em aberto a pagar. (f) O saldo refere-se a transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram cedidas garantias aos credores. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada. Remuneração dos administradores: Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento e pela direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de Dezembro de 2021 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em 27 de abril de 2021, a Assembleia Geral Ordinária definiu a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2021 em R\$1.481 (R\$1.113 em 31 de dezembro de 2020). A remuneração provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração (fixa/variável)	1.026	677
Remun. baseada em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	1	27
Seguro de vida	3	3
Assistência saúde	66	74
Previdência privada	72	50
FGTS	51	-
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO - Phantom Restricted Stock - PRS</i>))	187	160
	1.406	991

17. Provisão para Manutenção: Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com a taxa de 9,31% a ano (9,36% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020), correspondentes ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês). Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2020	Adição (custo)	Efeito Pagamento financeiro	31/12/2021
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 23)	-	162.319	7.155	-
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 23)	(42.289)	(628)	-	(42.917)
Realização da manutenção	(75.233)	-	(39.417)	-
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 24)	27.291	-	8.537	35.828
Circulante	36.569	6.527	(39.417)	47.735
Não circulante	35.519	-	-	25.409

18. Provisão para Construção de Obras: Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 10,73% a.a., correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos e financiamentos em 2009, ano da constituição da provisão. A partir de 01 de janeiro de 2020, se houver a necessidade de novas provisões advindas de aditivos contratuais, a taxa de desconto corresponderá ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC. Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2020	Adição (efeito intangível)	Efeito Pagamento financeiro	31/12/2021
Constituição da provisão para construção de obras	9.376	-	-	9.376
Efeito do valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Realização da construção	(6.818)	-	(269)	(6.887)
Ajuste a valor presente - realizações	3.971	-	-	3.971
Atualização monetária	1.640	112	-	1.752
Circulante	4.399	112	(269)	4.242
Não circulante	4.062	-	-	4.062

Conselho de Administração	
Membros Efetivos	MARCELLO GUIDOTTI RUI JUAREZ KLEIN ALBERTO LUIZ LODI LUIZ VELLOSO EDUARDO JACOB

	31/12/2019	Adição (efeito intangível)	Efeito Pagamento	31/12/2020
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	(3.793)	9.376
Efeito do valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Realização da construção	(6.489)	-	(129)	(6.618)
Ajuste a valor presente - realizações	3.971	-	-	3.971
Atualização monetária	-	1.640	-	1.640
Circulante	6.681	1.640	(3.922)	4.399
Não circulante	6.681	-	-	6.681

19. A Obrigações com Poder Concedente

	31/12/2021	31/12/2020
Parcelas variáveis	507	442

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação do pedágio e receitas acessórias. A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	442	460
Custo (vide Nota Explicativa nº 23)	5.068	4.320
Pagamento do principal	(5.003)	(4.338)
Saldo no final do exercício	507	442

a) Informações sobre o Contrato de Concessão: Contratante: Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP Data da assinatura: 17 de junho de 2009. Valor da outorga: R\$818.704 subdividido em 1ª Parcela à vista de 20% e o saldo em 16 parcelas fixas mensais, reajustadas pela variação do IPC-A. Objeto da Concessão: Exploração mediante a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão e fiscalização dos serviços complementares, mediante o recebimento de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 143,5 km de extensão, compreendendo: (i) SP 070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho no km 11-190, no final da Marginal Tietê, São Paulo; final do trecho no km 130+400, no entroncamento com a BR-116 km 117+400, Taubaté; (ii) SP-019: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-070, km 19+000, Guarulhos; final do trecho do km 2+400, no início do Sítio do Aeroporto de Cubatã; (iii) SP-179/060 - Interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a BR116, km 179+000, Guararema; final do trecho no km 5+400, no entroncamento com a SP-070, km 60+300, Guararema; (iv) SPI-035/056 - Interligação Itaquaquecetuba: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-056, km 35+000, Itaquaquecetuba; final do trecho no km 0+800, no entroncamento com a SP-070, km 35+700, Itaquaquecetuba; (v) SP-099 - Rodovia dos Tambores: início do trecho no km +4500, São José dos Campos; final do trecho no km 11+500, São José dos Campos; (vi) SP-070, prolongamento até a SP-125, Taubaté; (vii) segmentos transversais, trevos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovia Ayrton Senna e Rodovia Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S/A durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2km e estão localizados no km 45 (interseção com a SP-088) e no km 111 (interseção com a SP-103). O contrato foi contabilizado como ativo intangível. Índice de reajuste: IPC-A. Data de reajuste: 1º de julho Prazo de vigência: 18 de junho de 2039. A alteração do prazo da concessão será admitida quando houver a necessidade de recompor o equilíbrio-financeiro do contrato, conforme cláusulas contratuais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não ocorreram mudanças ou aditivos ao Contrato de Concessão. Casos de extinção: Conforme cláusula 35 do Contrato de Concessão, a Concessão extingue-se a por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; e (e) falência ou extinção da Companhia. Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a receita e o custo de construção totalizaram R\$55.659, não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 18 Provisão para Manutenção, a Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2021, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anuais verificadas.

	Previsão até o fim da concessão	
Natureza dos custos:	31/12/2021	31/12/2020
Melhorias na infraestrutura	49.239	52.859
Conservação especial (manutenção)	555.901	572.368
Equipamentos	272.971	250.481
	878.111	875.709

A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obteve a concessãoária a contratação de seguros coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 27 de março de 2018 foi publicada a decisão favorável a Ecovias, em 1ª instância, da ação judicial relativa ao desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da Companhia. A Fazenda Pública do Estado de São Paulo recorreu da decisão em 11 de maio de 2018. Em 08/06/2020 acordou o TJSP negou provimento ao recurso do Estado/ARTESP, que não recorreu da decisão (certidão de trânsito em julgado publicada em 18/08/2020). Em dezembro/2020 o processo administrativo referente ao equilíbrio foi retomado pela Ecovias junto à ARTESP. Dois temas foram pautados na ARTESP em relação ao desequilíbrio, um deles já superado com a evolução das agendas realizadas: (i) valor das obras realizadas: tema superado com o convencimento da ARTESP e reconhecimento do desequilíbrio gerado; e (ii) traçados: tema ainda em discussão na agência para deliberação sobre qual a diferença entre traçados deverá ser utilizada para cálculo do desequilíbrio final. Atualmente o tema está com a Diretoria de Controle Econômico para avaliação dos valores e posteriormente seguirá para a Diretoria de Assuntos Institucionais.

20. Provisão para Perdas Cíveis e Trabalhistas - Política contábil: A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	2.700	2.639	5.339
(+) Complemento (reversão) de provisão	19.346	332	19.678
(-) Pagamentos	(3.201)	(724)	(3.925)
(+) Atualização monetária	1.162	148	1.310
Saldos em 31 de dezembro de 2021	20.007	2.211	22.218

Saldos em 1º de janeiro de 2020

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	2.504	2.697	5.201
(+) Complemento (reversão) de provisão	734	332	1.066
(-) Pagamentos	(763)	(764)	(1.527)
(+) Atualização monetária	225	374	599
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.700	2.639	5.339

a) Processos Cíveis: O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias, não existindo processos de valor individual relevante. A Companhia possui outros processos de natureza civil totalizando R\$63.411 em 31 de dezembro de 2021 (R\$58.032 em 31 de dezembro de 2020), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como passivos possíveis pelos advogados e pela Administração, não existindo processos de provisão. Em 31 de dezembro de 2021, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$1.843 (R\$2.695 em 31 de dezembro de 2020), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão. c) Processos Trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2021, existem alguns processos de natureza tributária que totalizam R\$205 (R\$399 em 31 de dezembro de 2020), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

21. Patrimônio Líquido - a) Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$687.665 (R\$500.165 em 31 de dezembro de 2020), representados por 687.664 R\$3 de 2001, 164.883 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas pertencentes a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. Em 14 de janeiro de 2021 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$23.000 (vinte e três milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 23.000 (vinte e três milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação. Em 14 de abril de 2021 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$43.500 (quarenta e três milhões e quinhentos mil reais), mediante a emissão, nesta data, de 43.500 (quarenta e três milhões e quinhentos mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação. Em 14 de maio de 2021 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$7.000 (sete milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 7.000 (sete milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação. Em 14 de julho de 2021 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$54.000 (cinquenta e quatro milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 55.000 (cinquenta e cinco milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação. b) Reserva de lucros - legal: Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo é de R\$15.338 (R\$12.579 em 31 de dezembro de 2020). c) Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital: Constituída nos termos dos artigos 25 e 196 da Lei nº 6.404/76, parágrafo primeiro da Instrução CVM nº 480. O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2021 é de R\$143.763 (R\$104.453 em 31 de dezembro de 2020). d) Dividendos propostos: Os acionistas são garantidos pelo aumento do capital social, no caso de emissão de ações ordinárias de R\$1.000 (um mil e quatrocentos reais) por ação, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O montante de dividendos e juros sobre capital próprio pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de R\$9.015 refere-se a: (i) R\$2.

PUBLICAÇÃO DIGITAL - PÁGINA 11

• Continuação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA **Como o assunto foi considerado em nossa auditoria**

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 22)

A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia.

Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumariadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão.

Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil.

Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia.

Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia.

Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.

Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 11)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 1.463.879 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários.

A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.

Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração.

Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos.

Availamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado: A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP2175/O-7



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA: A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://diariodenoticias.com.br/index.php/pl/newspaper>